



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638744 - SP (2021/0002034-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL DURVAULT ROITBERG - RJ168348
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO RAMOS DE OLIVEIRA FILHO (PRESO)
PACIENTE : DÉBORA FERNANDA DIAS QUINTILIANO CANDIDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOAO RAMOS DE OLIVEIRA FILHO e DÉBORA FERNANDA DIAS QUINTILIANO CANDIDO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0001643-32.2017.8.26.0540).

Os pacientes, JOAO e DÉBORA, foram condenados, respectivamente, às penas de 7 anos de reclusão e 5 anos de reclusão, ambos em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que o paciente JOAO faz jus à desclassificação para o crime previsto no art. 37 da referida lei, porquanto agiu apenas como colaborador, bem como à redução da fração de aumento aplicada na segunda fase da dosimetria, em razão da reincidência, para no máximo 1/6.

Alega que a quantidade e a natureza da droga apreendida não seria motivação idônea para acrescer a fração de 1/6 na primeira fase da dosimetria, razão pela qual a pena-base dos pacientes deveria ser reduzida ao mínimo legal.

Aduz, ainda, que a paciente DÉBORA faz jus à causa especial de diminuição prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, na fração de 2/3, haja vista a ausência de indícios que demonstrem sua dedicação ao tráfico de drogas ou participação em organização criminosa, além de ser primária e de bons antecedentes, não podendo a quantidade de droga obstaculizar dito benefício.

Defende que estaria autorizado o abrandamento do modo prisional dos pacientes, em razão do preenchimento dos requisitos legais.

Afirma, por fim, ser devida a substituição da pena privativa de liberdade da paciente DÉBORA pela restritiva de direitos.

Requer, liminarmente, que seja assegurado aos pacientes o direito de aguardar o julgamento em liberdade ou, ao menos, no regime inicial mais benéfico permitido por lei. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja redimensionada a reprimenda dos réus, alterado o regime de cumprimento de pena, bem como substituída a pena corpórea pela restritiva de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente